

---

# QUANDO DIZER É AMEAÇAR/ SE DEFENDER: ANÁLISE PRAGMÁTICA DE UMA LETRA DE CANÇÃO

## HOW TO DEFEAT YOURSELF WITH WORDS: A PRAGMATIC ANALYSIS OF A LYRICS

Luís Rodolfo Cabral\*

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é o de analisar um *corpus* à luz de duas vertentes da pragmática. A primeira vertente pragmática encontra fundamento na teoria dos atos de fala (Austin, 1962; Searle, 1979). A segunda se sustenta a partir do diálogo com a teoria da enunciação, especialmente com os trabalhos de Benveniste (1966, 1974), como proposto por Fiorin (2003, 2014). O *corpus* é composto por uma letra de canção e os pressupostos teóricos que fundamentam as análises são apresentados à medida em que elas forem sendo conduzidas. Nossa proposta demonstra que, ao tratar um *corpus* a partir de abordagens diferentes de uma mesma corrente, aspectos distintos do *corpus* são evidenciados.

**PALAVRAS-CHAVE:** pragmática; atos de fala; teoria da enunciação.

---

### Índice

Introdução . . . . .	1
1 Sobre o <i>corpus</i> . . . . .	2
2 Análise sob a perspectiva dos atos de fala . . . . .	2
3 Análise sob a perspectiva enunciativa . . . . .	4
Considerações finais . . . . .	5
Referências . . . . .	6
4 Referências . . . . .	6
Anexo Único . . . . .	7

### Introdução

COMO se sabe, Saussure, ao estabelecer as dicotomias, atribui à língua o verdadeiro objeto da Linguística. Para a corrente estruturalista, os estudos linguísticos se concentravam nas relações de oposição e nas regras combinatórias de elementos linguísticos. Todavia, há certos fatos da língua que

não podem ser explicados somente pelo sistema; para explicá-los, foi preciso estender o campo de atuação da Linguística de forma a abarcar linguagem em uso. Com este anseio, surgiu a Pragmática, cujo ponto central não é a estrutura da sentença e/ou os elementos constitutivos dela, mas as condições de uso de determinadas expressões linguísticas e os efeitos de sentido que elas produzem. Mainueneau (1989: 32) explica que a concepção pragmática se opõe radicalmente à ideia de que a língua seja apenas um instrumento para transmitir informações, pois “coloca em primeiro plano o caráter interativo da atividade de linguagem, recompondo o conjunto da situação de enunciação”.

Hoje, várias perspectivas de estudo podem ser classificadas sob o rótulo de “pragmática”. Plaza Pinto (2000), ao traçar um panorama da constituição desta área, afirma que se pode delimitar di-

---

\*Luís Rodolfo Cabral é Bolsista CAPES do Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e Professor do Instituto Federal do Maranhão – Campus Santa Inês.

O conteúdo deste artigo está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e do(s) seu(s) autor(es). O artigo, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

ferentes correntes de estudos pragmáticos a partir da influência de grupos filosóficos na seleção dos objetos e métodos. Segundo ela, temos: *a*) o pragmatismo americano (nascida a partir dos estudos de James); *b*) a Teoria dos Atos de Fala (elaborada por Austin, e rediscutida por Searle); e *c*) os estudos da comunicação (preocupados com as relações sociais, de classe, de gênero, de raça e de cultura).

Para Fiorin (2014), as correntes pragmáticas podem ser divididas em duas grandes vertentes. A primeira, que, a partir do diálogo entre Pragmática e Semântica, a partir dos trabalhos de Austin, de Searle e de Grice, considera os aspectos pragmáticos que podem ser identificados na língua; e a segunda, de perspectiva enunciativa, em diálogo próximo com a obra de Benveniste, que se preocupa com o conjunto de conhecimentos que um falante deve ter para utilizar a língua em diferentes situações enunciativas.

Essa confluência de diferentes abordagens à uma mesma corrente é indício da premissa de que trabalhar no campo da linguagem é se colocar sujeito à bússola do olhar<sup>2</sup>: o mesmo objeto pode ser apreendido sob diferentes pontos de vista, e o ponto de vista guia o caminho e aponta os fins. Nesse sentido, o nosso objetivo com este artigo é o de analisar um *corpus* a partir de duas vertentes da Pragmática com o fim de evidenciar os resultados distintos. Este artigo organiza-se nas seguintes seções: apresentação do *corpus*, análise e considerações finais. Como é vasta a produção bibliográfica sobre os aspectos teóricos da Pragmática<sup>3</sup>, consideramos mais proveitoso partirmos diretamente para a análise, sendo as especificações teóricas mobilizadas ao longo dela.

## 1 Sobre o *corpus*

Para este trabalho, escolhemos a letra da canção “Maria da Vila Matilde (Porque se a da Penha é brava, imagine a da Vila Matilde)”, composta por Douglas Germano, e terceira faixa de “Mulher do fim do mundo”, de Elza Soares, lançado em outubro de 2015. Este disco foi eleito em 2016 pelo *New York Times*<sup>4</sup> como um dos dez melhores daquele ano, ao lado de *Lemonade* (Beyoncé), *Black*

<sup>2</sup> “Olhar” em alusão à máxima de Saussure: “Longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto.” (Saussure, 1975: 15)

<sup>3</sup> Para além das obras canônicas e das citadas neste texto, podem servir como referência, dentre outras: Lins (2008), Paveau e Sarfati (2006) e Wilson (2010).

<sup>4</sup> Para matéria completa, ver Pareles, Caramica e Chinen (2016).

<sup>5</sup> Em Meurer, Bonini e Motta-Roth (2005), o leitor pode en-

*Star*, (David Bowie), e de *I want it darker* (Leonardo Cohen).

Nosso *corpus* é um texto do gênero<sup>5</sup> canção, que possui um regime enunciativo específico, impondo, por exemplo, a manutenção da sonoridade no processo de produção do texto. Para perceber as dimensões do verbal e do musical e a articulação de ambos, sugerimos que o leitor ouça a canção<sup>6</sup>. Apesar de reconhecermos o caráter multissemiótico deste gênero, nos ateremos apenas à letra, o que obviamente não implica a restrição de o leitor ouvir canção.

*A priori*, o título da letra sugere ambiguidade com preposição “de”, que pode conduzir a leitura em duas direções: o nome de uma mulher cujo nome serviria como título; a história de uma mulher chamada Maria, que moraria na Vila Matilde. Esta ambiguidade pode ser desfeita quando se considera que “Maria da Penha”, ao qual o subtítulo faz referência, é nome da farmacêutica vítima de violência doméstica que lutou pela aplicação da pena ao agressor “Maria da Penha” é como se tornou conhecida popularmente a Lei n.º 11.340/2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra mulheres. Vila Matilde e Penha são bairros da cidade de São Paulo, sendo o primeiro de classe baixa e o segundo de classe média alta

Por analogia, o título antecipa que, se Maria da Penha conseguiu se fazer ouvida, Maria da Vila Matilde pode conseguir ainda mais. Além disso, o número 180 no primeiro verso da letra é o da Central de Atendimento à Mulher para orientar as vítimas de agressão. A situação de violência doméstica é, assim, o que orienta a construção de sentido<sup>7</sup> para esta letra, como mostramos na análise a seguir.

## 2 Análise sob a perspectiva dos atos de fala

Uma das correntes da pragmática encontra base teórica na Teoria dos Atos de Fala, de Austin. Por esta perspectiva, considera-se a realização de atos a partir da linguagem. Nos primeiros estudos da Linguística, sob influência do estruturalismo,

contrar um panorama de diferentes abordagens de gênero com ampla circulação em produções brasileiras. Para o gênero canção especificamente, ver Costa (2010).

<sup>6</sup> Esta canção pode ser acessada em plataformas de *streaming*, como *Spotify* (<https://goo.gl/GupNJa>) ou *Apple Music* (<https://goo.gl/vBSzZX>).

<sup>7</sup> Para mais detalhes sobre construção de sentido do texto, ver Koch (2002).

entendia-se que a linguagem era designação e representação do mundo objetivo que se nos apresenta. Acreditava-se na natureza descritiva da linguagem em relação ao mundo. Por exemplo, uma afirmação como “A Terra é redonda” é uma descrição, e pode ser verificada quanto como verdadeira ou falsa. Mas o que dizer de sentenças como “Aposto sem cruzados como vai chover amanhã”<sup>8</sup>? Esta sentença não é uma descrição, não pode ser avaliada como verdadeira ou falsa. Aliás, a pessoa, em um dado contexto, ao proferí-la, executa uma ação: a de apostar. Sentenças como ela evidenciam a ilusão descritiva da linguagem.

Nesse sentido, Austin (1979) distingue dois tipos de enunciados<sup>9</sup>. Há aqueles chamadas *constatativas*, que descrevem estado de coisas e que, portanto, são verificáveis quanto à veracidade. E há aqueles que se distinguem das constatativas, ou seja, são proferimentos que nada descrevem, nada relatam, nem constatam, e que realizam uma ação. A estes, ele denominou *performativos*, termo “derivado do verbo inglês *to perform*, (...) que indica que ao se emitir o proferimento está-se realizando uma ação, não sendo, conseqüentemente, considerado um mero equivalente a dizer algo” (Austin, 1979: 25).

No texto escolhido para análise, há predominância de enunciados performativos, marcados com os seguintes verbos: entregar (2), explicar (2), digo (3), jogo (4), solto (5), apontar (6), gritar (6), mostrar (9), entregar (10), por (11), passar (11), oferecer (11), caprichar (13), dizer (14). Tais enunciados são mobilizados em contexto hipotético, eles não apenas antecipam a ação que pode acontecer: eles mesmos, apesar de não concretizarem a ação, constroem a possibilidade de serem executados.

Para explicarmos melhor, é preciso ressaltar que os enunciados performativos realizam três atos: o ato ilocucional, o ato ilocucionário, e o ato perlocucionário. Por ato ilocucional, entende-se o ato que se realiza ao se enunciar algo; o ato ilocucional, por sua vez, é aquele que se realiza na linguagem; e o ato perlocucional é aquele que se realiza pela linguagem. Observando os versos destacados acima podemos afirmar que há três ações sendo realizadas. A primeira, a de enunciar a afir-

mação (ato locucional); a segunda, a de uma ação que pode se realizar em futuro próximo, e que está linguisticamente marcada pelo verbo dizer (ato ilocucional)<sup>10</sup>; e a terceira, que está entre a afirmação e a ameaça (ato perlocucional).

Em refinamento da teoria dos Atos de Fala, Searle (1979), dentre outras questões, trata dos atos de fala indireto, aqueles em que o falante emite uma sentença, quer significar o que diz, mas também quer significar algo a mais.

Em tais casos, uma sentença que contenha os indicadores de força ilocucionária relativos a um tipo de ato ilocucionário pode ser emitida para realizar, *adicionalmente*, um outro tipo de ato ilocucionário. Há também casos em que o falante emite uma sentença e quer significar o que diz, e também significar outra elocução com conteúdo proposicional diferente (Searle, 1962: 48, grifado no original).

Nos casos dos versos (2), (3), (4), (5), (6), (9), (10), (11), (13), e (14), o locutor realiza não apenas o ato ilocucional referente aos verbos que utiliza, mas também outro, mais abrangente, que perpassa todos os versos indicados: o de alertar. Considerando que o refrão da canção sejam os versos (8) e (17), entendemos que, linguisticamente, a força ilocucionária central na letra da canção pode ser representado pela seguinte sentença: “*Eu te alerto que, se você levantar a mão pra mim, eu vou entregar teu nome [...]*”.

Da mesma forma, considerando a força ilocucionária predominante no texto em análise, podemos afirmar que o alerta na letra da canção pode ser sentido pelo interlocutor como ameaça. Como ato perlocucionário, o efeito de ameaça é possível também porque o conteúdo das sentenças está relacionado à violência física [(4) e (5)] e à violência moral [(10), (13), (14), (15) e (16)].

Para Austin (1962), o ato perlocucional é um efeito dos dois outros atos. Isso porque o ato locucional se realiza com o próprio de dizer, e ato ilocucional pode ser explicitado em fórmulas performativas correspondentes, mas ambos não possuem

<sup>8</sup> Este exemplo aparece em (Austin, 1962: 24), ao lado de “Aceito esta mulher como minha legítima esposa”, “Batizo este navo com o nome de *Rainha Elizabeth*”, e “Lego a meu irmão este relógio”.

<sup>9</sup> Estas distinções foram alvo de críticas à obra de Austin, tendo, inclusive sido revisado pelo próprio autor. Ver a revisão feita por Kunz e Stumpf (2010).

<sup>10</sup> Searle alerta que devemos entender que verbos ilocucionários não são nomes de espécies de atos ilocucionários. Portanto, há de se “distinguir cuidadosamente uma taxinomia de atos ilocucionários e uma taxinomia de verbos ilocucionários” (Searle, 1979: 44)

a força de produzir efeitos, que é característico do ato perlocucional.

Até aqui, percebemos que os atos de fala ocorrem simultaneamente, como dimensões pragmáticas de um enunciado. Todavia, simplesmente proferir um enunciado não garante o ato que potencialmente seria realizado na e pela linguagem. É preciso entender sob quais circunstâncias os atos de fala podem se realizar, ou seja, as chamadas “condições de felicidade” (Austin, 1962) para que um enunciado performativo seja bem-sucedido. Dentre eles, podemos destacar:

- a) Os interlocutores devem reconhecer a autoridade do locutor para dizer o que disse;
- b) As palavras devem ser adequadas para o procedimento; e,
- c) O procedimento deve ser executado de modo correto por todos os participantes.

Em se tratando do texto em análise, os atos de fala são realizados se o interlocutor reconhecer que: a) o locutor tem a autoridade para alertar que “quando o samango chegar, entrega o baralho”; e, b) em situação de violência, pode-se recorrer à polícia e à difamação do cônjuge junto a familiares.

Ainda, devemos considerar que o ato perlocucional é um ato em que, ao se dizer algo, se produz um efeito, de forma intencional ou não, em outro interlocutor, para além do efeito de assegurar compreensão. Partindo deste princípio, e do princípio de que os atos de fala são regidos por condições de felicidade, que colocam a interação entre os interlocutores no centro da questão, podemos entender que, no caso do texto em análise, dois atos perlocucionários estão sendo realizados: um primeiro, relativo à ameaça ao interlocutor; e outro, relativo à auto-defesa do locutor.

### 3 Análise sob a perspectiva enunciativa

A segunda vertente da Pragmática a qual seguiremos para análise do *corpus* entende que certos fatos linguísticos estão relacionados à enunciação. Em linhas gerais, enunciação é o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização (Benveniste, 1988). O produto da enunciação é o enunciado, e nele podem ser identificadas as instâncias de enunciação que se manifestam por meio de marcas enunciativas, como, por exemplo, os índices de pessoa (categoria de pessoa), os dêiticos (categoria de espaço), e as formas temporais (categoria de tempo).

Para Benveniste (1988), a categoria de pessoa é marca de subjetividade: *eu* refere-se ao indivíduo que produz a enunciação, em oposição ao *tu*, que representa aquele a quem se dirige – e estes dois (pessoa subjetiva e pessoa não subjetiva) estão em oposição a não pessoa *ele*, pessoa ausente, aquela que não participa do processo de comunicação. A terceira pessoa é ausência (Benveniste, 1988) diz o autor em referência às definições de pessoa utilizadas pelos gramáticos árabes: a primeira é “aquele que fala”; a segunda é “aquele a quem nos dirigimos”; e a terceira é “aquele que está ausente”.

Fiorin (2016) explica que, para Benveniste, a categoria de pessoa envolve duas correlações: a da *pessoalidade*, em que se opõem pessoa (*eu/ tu*) e não-pessoa (*ele*) e a da subjetividade, em que *eu* e *tu* se estabelecem e se opõem. Para a distinção dessa correlação, “não se pode esquecer que é a situação de enunciação que especifica o que é pessoa e o que não é pessoa e que a terceira pessoa é explicitada no contexto e não na situação” (Fiorin, 2016: 52).

No texto em análise, a primeira pessoa e a segunda pessoa estão linguisticamente demarcadas pelo pronome pessoal *eu*, logo no verso (1), e pelo pronome pessoal *tu* ou *você* no verso (2). Todavia, para além do pronome pessoal, no texto outras encontramos marcas enunciativas da primeira pessoa e da segunda pessoa. É o caso dos adjetivos possessivos [*meu* celular (1), *meu* endereço (2), *meu* braço (9)] e dos pronomes oblíquos [pra *mim* (8), (20) e (21)], que demarcam a pessoa que fala; e dos adjetivos possessivos [*teu* nome (2), *teu* baralho, *teu* bloco de pule, *teu* dado chumbado (10), *tua* mãe (13)] e dos pronomes oblíquos [não *te* conheço (3), apontando pra *você* (6)]. Isso porque os pronomes “retos experimem a pessoa em função subjetiva e os oblíquos em função complemento. Os adjetivos possessivos são uma relação de apropriação entre uma pessoa (o possuidor) e uma ‘coisa’ (o possuído) (Fiorin, 2016, p. 53, grifado no original). Quanto à terceira pessoa, aquela que não participa do evento comunicativo, no texto ela se apresenta a partir de substantivos: os vizinhos (7), o samango (9), a mãe (13).

A relação entre *eu* e *tu* é construída na enunciação, conforme explica Benveniste. Ao dizer *eu*, o locutor, imediatamente, instaura um *tu* a quem se dirige uma vez que essa relação é o alicerce que funda a intersubjetividade pela linguagem. Em releitura da obra de Benveniste, Flores e Teixeira afirmam que, por este prisma, a enunciação tem como parâmetro um locutor e um alocutário, sendo ambos resultados de um ato de apropriação da lín-

gua pelo locutor, a partir do aparelho formal. “É a alocação que instaura o outro no emprego da língua” (Flores e Teixeira, 2005: 35). Entendem, então, que o enunciador dispõe de um “aparelho de funções” (Benveniste, 1988: 86) para se servir da língua e influenciar, de algum modo, o comportamento do locutário, suscitando dele uma atitude responsiva pelos processos linguísticos de interrogação, de intimação, de asserção, por exemplo. Os dois parceiros da comunicação participam de um processo ativo, estruturado como um diálogo, mesmo no caso de monólogo (ou “diálogo interiorizado”) quando um eu locutor e um eu ouvinte se fundem. Ou seja, “a enunciação coloca duas figuras igualmente necessárias, uma origem, a outra, fim da enunciação” (Benveniste, 1988: 87).

Para Fiorin (2016), o processo enunciativo deve ser considerado a partir das marcas de enunciação disseminadas no texto, que podem ser distinguidas em dois conjuntos: a *enunciação enunciada* – que é o conjunto de marcas identificáveis no texto e que remetem à instância da enunciação, e o *enunciado enunciado* – que é a sequência desprovida de marcas da enunciação. Na letra de “Maria da Vila Matilde”, os *enunciados enunciados* contêm os fatos – no caso, as possíveis consequências caso “levantem a mão” para ela – e também compreende adjetivos depreciativos, carregados de subjetividade – *mimado, cheio de dengo* (14), *mal acostumado, tem nada no quengo* (15), corroborando para o eu instaurar um lugar enunciativo de desprestígio ao *tu*.

Em Benveniste, a subjetividade não se restringe somente à categoria de pessoa. Na enunciação, há somente um tempo presente (um agora) e um dado espaço (um aqui), marcados no enunciado e cuja singularidade organiza o dizer do enunciador. Assim como *eu* e *tu* são categorias indissociáveis que se renovam a cada ato de enunciar, espaço e tempo também se renovam a cada enunciação. Como “o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o agora, e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo” (Benveniste, 1988, p. 84), o sujeito, que dispõe de espaço e tempo, os organiza pelo dizer: aqui e agora, linguisticamente marcados pela enunciação, criam os parâmetros para as expressões espaciais e temporais, cuja referência se estabelece pela via da intersubjetividade, por estar vinculada a um *eu* e a um *tu*.

No *corpus*, o espaço é marcado linguisticamente pelo advérbio *aqui* (verso 3) e, se considerarmos a sequência construída junto com o verso anterior e também o fio condutor global do texto

(violência doméstica), podemos inferir que o espaço físico de onde o locutor enuncia é a casa em que vive: meu endereço = aqui. Quanto à categoria de tempo, há predominância do tempo presente do indicativo ao longo do texto. Todavia, é preciso considerar que, apesar do tempo presente, não se trata de coincidência temporal ao *aqui* e *agora* da enunciação. As conjunções *se* – verso (4) – e *quando* – versos (9) e (13) – sinalizam o contexto hipotético em que se constroi todo o texto.

O enunciado “*quando tua mãe chegar, eu capricho no esculacho*” (verso 13) – e os outros citados acima – é um simulacro de enunciação, pois eles simulam elementos correspondentes da enunciação de um fato que é potencialmente posterior à própria enunciação (*aqui* e *agora*). Este é um caso de debreagem temporal, ou seja, a disjunção do tempo da enunciação e a projeção, no enunciado, de um *não agora*, estabelecida pela conjunção *quando* na relação entre os tempos subjuntivo futuro da primeira oração e o presente do indicativo da segunda oração. A conjunção *quando* marca uma ruptura no tempo se correlacionar tempos verbais distintos, ainda que remetam a um mesmo momento de referência. Neste caso, o aspecto introduzido pela forma verbal que expressa pontualidade (*se isso, então aquilo*) constrói efeito de ameaça ao interlocutor e de auto-defesa do enunciador porque promove “a eliminação das marcas de enunciação do texto [...] produz efeitos de sentido de objetividade” (Fiorin, 2016: 39).

O tempo verbal utilizado em todo o texto é o presente do indicativo, mas o momento de referência não é o mesmo daquele da enunciação. Trata-se de um caso de presente durativo, indefinido do ponto de vista cronológico, e que está em plena consonância com as condições impostas pela possibilidade da situação de violência doméstica.

## Considerações finais

Neste trabalho, propusemos a análise pragmática de uma letra de canção sob o prisma de duas correntes da pragmática. A primeira delas teve o apoio teórico da Teoria dos Atos de Fala, e possibilitou evidenciar como, no texto, o dizer pode ser uma forma de se defender e de agir sobre o outro de forma intimidatória. Registramos que como os atos de fala se manifestam na e pela linguagem, a partir da interação entre os participantes do evento comunicativo, o ato perlocucionário (aquele causado no interlocutor) dos versos em análise podem ser de *ameaça* ou de *defesa*. Seriam de ameaça para a defesa? A segunda análise se apoiou no diá-

logo da Pragmática com a Teoria da Enunciação, e possibilitou evidenciar as estratégias enunciativas de afastamento do tempo da enunciação para construir um dizer que, não coincidindo com o *agora*, se firma na eterna possibilidade de acontecer. A nossa proposta não se justifica pela demonstração da viabilidade de análise por estas duas vertentes uma vez que já há uma variedade de trabalhos publicados com esta finalidade. Com a leitura deste trabalho, acreditamos que nosso leitor possa perceber mais claramente que caminhos teóricos distintos, mesmo em se tratando de uma mesma teoria, levam à resultados também distintos, mas não necessariamente opostos.

## Referências

### 4 Referências

- Austin, J. L. (1990 [1962]). *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Benveniste, E. (1966). *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes.
- Benveniste, E. (1988). *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes.
- Brait, B. (2016). O texto nas reflexões de Bakhtin e do Círculo. In R. de O. Batista (org.), *O texto e seus conceitos*. São Paulo: Parábola.
- Costa, N. B. da. (2010). A letra e as letras: o gênero canção na mídia literária. In A. P. Dionísio, A. R. Machado & M. A. Bezerra (orgs.), *Gêneros textuais e ensino* (pp. 117-133), 12ª edição. São Paulo: Parábola.
- Fiorin, J. L. (2016). *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*, 3ª edição. São Paulo: Contexto.
- Fiorin, J. L. (2014). Pragmática. In J. L. Fiorin (org.), *Introdução à Linguística II: princípios de análise*, 5ª edição. São Paulo: Contexto.
- Fiorin, J. L. (2003). A linguagem em uso. In J. L. Fiorin (org.), *Introdução à Linguística I: objetos teóricos*, 2ª edição. São Paulo: Contexto.
- Flores, V. do N. & Teixeira, M. (2005). *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto.
- Germano, D. (2015). Maria da Vila Matilde – Porque se a da Penha é brava, imagina a da Vila Matilde. In E. Soares, *Mulher do fim do mundo*. São Paulo: Circus Produções. Copyright Lda, 1CD. Faixa 3 (3 min 45).
- Koch, I. V. G. (2002). *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez.
- Kunz, J. C. & Stumpft, E. M. (2010). Constatativos e performativos: Austin e Benveniste sobre atos de fala. *Anais do SITED. Seminário Internaiconal de Texto, Enunciação e Discurso*, 277-282. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre. Disponível em <https://goo.gl/QsvDYN>. Acesso em 04 de fevereiro de 2017.
- Lins, M. da P. P. (2008). A pragmática e a análise de textos. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, 2(2). Disponível em <https://goo.gl/Hzkh4D>. Acesso em 10 de novembro de 2016.
- Maingueneau, D. (1989). *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes.
- Meurerer, J. L.; Bonini, A. & Motta-Roth, D. (orgs.) (2005). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola.
- Paveau, M.-A. & Sarfati, G. E. (2006). *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. (trad. de M. do R. Gregolin et al.). São Carlos-SP: Claraluz.
- Pareles, J.; Caramanica, J. & Chinen, N. (2016, dezembro, 7). The best albums of 2016. *The New York Times*. Acesso em 05 de janeiro de 2017. Disponível em <https://goo.gl/FRZp1b>.
- Plaza Pinto, J. (2000). Pragmática. In F. Mussalim & A. C. Bentes (orgs.), *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, vol. 2 (pp. 47-68). São Paulo: Cortez.
- Saussure, F. (1975). *Curso de Linguística Geral*. Cultrix: São Paulo.
- Searle, J. R. (1979). *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala*. São Paulo: Martins Fontes.
- Wilson, V. (2010). Motivações pragmáticas. In M. E. Martelotta (org.), *Manual de Linguística* (pp. 90-110). São Paulo: Contexto.

## Anexo Único

**Maria da Vila Matilde (Porque se a da Penha é brava, imagine a da Vila Matilde)**  
**Composição: Douglas Germano**

1. Cadê meu celular? Eu vou ligar pro 180
2. Vou entregar teu nome, e explicar meu endereço
3. Aqui você não entra mais, eu digo que não te conheço
4. E jogo água fervendo se você se aventurar
5. Eu solto o cachorro
6. E, apontando pra você, eu grito: péguix guix guix guix
7. Eu quero ver você pular, você correr na frente dos vizinhos
8. Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
9. E quando o samango chegar, eu mostro o roxo no meu braço
10. Entrego teu baralho, teu bloco de pule, teu dado chumbado
11. Ponho água no bule, passo e ofereço um cafezim
12. Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
13. E quando tua mãe ligar, eu capricho no esculacho
14. Digo que é mimado, que é cheio de denngo
15. Mal acostumado, tem nada no quengo
16. Deita, vira e dorme rapidinho
17. Você vai se arrepender de levantar a mão pra mim
18. Mão, cheia de dedo
19. Dedo, cheio de unha suja
20. E pra cima de mim? Pra cima de moi? Jamais, mané!
21. Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim